

FHE POUPEX

0 EXÉRCITO NA ÉPOCA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

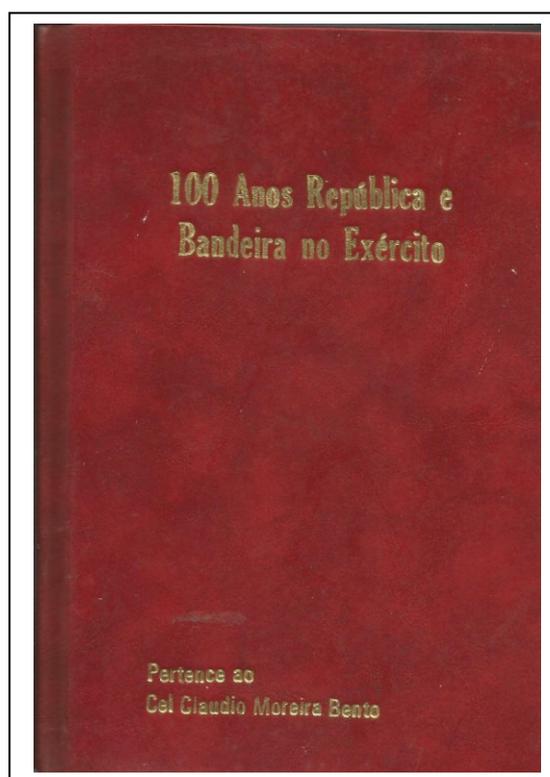
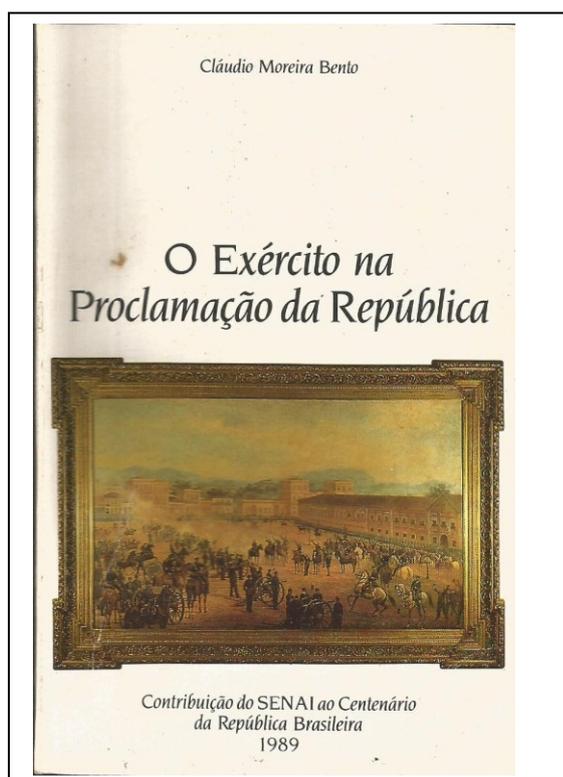
**ORGANIZAÇÃO, EQUIPAMENTO, INSTRUÇÃO/ENSINO,
MOTIVAÇÃO, EMPREGO**

Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende e Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Participou a convite como Presidente da então AHIMTB em 1987 de Simpósio na Câmara Federal sobre a Guerra de Canudos e de entrevista na Globo News sobre o mesmo assunto e de Simpósio sobre Canudos no IHGB Foi Diretor Cultura do Clube Militar e de sua Revista no Centenário do Clube Militar

Digitalização de Artigo da Revista do Clube Militar Edição Histórica do Centenário nº 280, p.26/27. para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB, doado em Boletim a AMAN e em levantamento para disponibilizá-lo na Internet no Sistema do Exército do acervo de suas bibliotecas Pergamium. Artigo também constante do livro **O Exército na Proclamação da**

Republica. Rio de Janeiro:SENAI, 1989 capa abaixo e lançado na ECEME em 1989, no centenário da Proclamação da República e da Bandeira e no livro **100 anos de República e de Bandeira**;Rio de Janeiro: BIBLIEx/SENAI 1990, da Comissão Coordenadora das Comemorações dos Centenários da República e da Criação da Bandeira Nacional integrada pela Divisão de Assuntos Culturais chefiada pelo Gen Bda Arnaldo Serafim autor das abas ou orelhas e pelo Arquivo Histórico do Exército chefiado por Cel Claudio Moreira Bento, organizador do livro, nele integrando trabalhos realizados no Arquivo Histórico do Exército, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil Clube Militar etc



Os dois trabalhos acima muito se deve a dever ao Cel Arivaldo Silveira Fontes Presidente do SENAI .Eles encerram trabalhos valiosos sobre o Exército e a Bandeira Nacional no centenário das mesmas

0 EXÉRCITO NA ÉPOCA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (Aspectos de sua Doutrina Importante)

Cel. Cláudio Moreira Bento

O Exército teve atuação decisiva na mudança incruenta e pacífica da Monarquia para a República. O presente estudo, original e pioneiro, focaliza o estágio doutrinário atingido pelo Exército, à época, decorridos 19 anos do término da Guerra do Paraguai e nos campos da **Organização, Equipamento, Instrução/Ensino, Motivação e Emprego**. Ou seja, estágio atingido nos domínios da Ciência e da Arte da guerra. No campo da Organização, focaliza

todas as Unidades e estabelecimentos militares do Exército distribuídos pelo território nacional, num efetivo de cerca de 15.000 homens. Quanto à hierarquia, o Exército obedecia, de baixo para cima, os seguintes postos e graduações: Soldado, anspeçada, cabo, furriel, 2º sargento, 1º sargento, sargento quartel-mestre, sargento-ajudante, alferes, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, brigadeiro, marechal- de- campo, tenente-general e marechal de Exército.

A figura mais poderosa do Exército, ligada a seu emprego operacional, era o Ajudante-general, seguido do Quartel Mestre-general, encarregado da Logística. O ministro da Guerra tinha mais expressão política do que militar.

O Exército contava com o concurso de oficiais da ativa, reformados e honorários.

A tropa do Exército, em 1889, era constituída de 30 batalhões de Infantaria, 10 regimentos de Cavalaria, 8 regimentos de Artilharia, 2 batalhões de Engenheiros e 1 corpo de Transportes.

A guarnição mais forte do Exército era na Província do Rio Grande do Sul, seguida do Rio de Janeiro. A do Sul foi bastante atingida pela vertente da "Questão Militar", que envolveu Sena Madureira. Vertente liderada pelo então Presidente das Armas da Província do Rio Grande, marechal Manoel Deodoro da Fonseca. A do Rio de Janeiro (Corte) foi a que apoiaria o mesmo marechal Deodoro na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Seguia-se em importância a guarnição de Mato Grosso, da qual Deodoro, entre a "Questão Militar", no Sul e a proclamação, a comandaria a pretexto de vigiar nossa fronteira oeste de reflexos de lutas entre países vizinhos. Mas, em realidade, foi pretexto do Governo para afastá-lo da Corte.

Assim, Deodoro liderou ou empolgou de 1886-89 as três maiores Guarnições do Exército brasileiro: Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro.

A guarnição do Rio de Janeiro (Corte) era constituída de duas brigadas do Exército, a 1ª e 2ª, que tiveram participação decisiva na proclamação.

Quanto ao Equipamento, o Exército usava uniformes baixados pelo Decreto nº 1029, de 7 de agosto de 1852, com diversas alterações de pequena monta ocorridas após.

Desde 1872, fora equipado, em parte, com armas individuais Comblain da carregar pela culatra, que significavam um grande avanço em relação ao sistema a Minié, de carregar pela boca, da Guerra do Paraguai. A idéia de equipar a Guarda Nacional e polícias militares da Corte e do Rio de Janeiro e mais a Guarda Cívica com Comblain, em detrimento do Exército que ficaria com as ultrapassadas a Minié, teria sido uma das causas da inquietação militar que culminou com a República.

Desde 1886, o Exército já dispunha de alguns canhões Krupp de carregar pela culatra e alma raiada, avanço expressivo sobre os La Hitte de carregar pela boca da Guerra do Paraguai.

Do término da Guerra do Paraguai à República, o armamento evoluiu: de carregar pela boca ao de carregar pela culatra, e os canhões, de alma lisa para raiada. A esse avanço qualitativo não correspondeu um avanço quantitativo.

Quanto à Instrução/Ensino, constituía o elo mais fraco da Doutrina do Exército. Cada corpo possuía uma escola de instrução de 15 a 20 recrutas. Passado a pronto, o soldado não mais recebia instrução sistemática.

Os artilheiros eram instruídos na Escola de Aprendizes de Artilheiros, na Fortaleza S. João. Havia ainda escolas de Tiro de Armas portáteis e pesadas, em Campo Grande do Realengo e no Rio Pardo.

O ensino militar era predominantemente científico nas escolas militares da Praia Vermelha, Porto Alegre, Fortaleza e Superior de Guerra, em São Cristóvão.

Havia predomínio do bacharelismo militar sobre o profissionalismo militar, desde 1874, do que resultou um ensino militar equivocado de 1874-89, agravado pelo regulamento de 1890, de inspiração de Benjamin Constant e só corrigido a partir de 1905.

Não se tem notícias de exercícios militares a não ser os realizados pelo Conde D'Eu, em 1885, na Fazenda de Santa Cruz e só retomados 20 anos mais tarde pelo marechal Hermes, no mesmo local.

Assim, de 1870-89, o ensino e a instrução militar não contribuíram para sua operacionalidade.

Havia a distinção entre os oficiais tarimbeiros, chamados os que viviam na tropa lutando para a maior eficiência do Exército, como instrumento da Segurança Nacional e os científicos, formados em Ciências Físicas e Matemáticas, com preocupações relacionadas com a Administração Pública e alheios em sua maioria à problemática da Segurança Nacional - missão precípua do Exército.

No campo da Motivação, havia 23 condecorações imperiais, das quais 17 medalhas de campanha.

As promoções eram reguladas pela Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850 e pelo Decreto 772, de 31 de março de 1851. Seguiam, em linhas gerais, o sistema vigente hoje.

A Disciplina era baseada no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3884, de 8 de março de 1875. Os castigos tinham a seguinte gradação: **admoestação, repreensão, dobrar serviço, detenção, prisão, rebaixamento temporário e definitivo de posto e transferência para depósitos de disciplina.**

A Justiça Militar se baseava num complexo de leis e regulamentos que remontavam a 1718, 1763 e 1805. O castigo a espada fora abolido pelo Duque de Caxias, em 1874. Vigoravam na Justiça Militar os draconianos **Artigos da Guerra do Conde de Lippe**. Havia amparo para os inválidos da Pátria e para os filhos de militares e o ensino era no novel Colégio Militar. O sistema de promoções, depois da Guerra do Paraguai, foi melhorado com a introdução de uma **Comissão de Promoções**. Havia um forte

espírito de classe entre os veteranos da Guerra do Paraguai e em especial entre os que possuíam tradição de bravura, como era exemplo eloquente o marechal Deodoro da Fonseca.

No tocante ao emprego operacional do Exército, desenvolveu-se, de 1881 a 1889, uma vigorosa corrente do pensamento militar brasileiro, tendo como marcos: o Jornal **O Soldado** (1881); a criação da Biblioteca Militar (1881); a criação da **Revista do Exército Brasileiro** (1882-89); a **Coleção Biblioteca Militar** do Liv. Serafim José Alves e outras que se dedicaram à literatura militar.

Os oficiais tarimbeiros estudavam Arte Militar em livro do Gen. Favé, francês e adotado no Exército em 1882.

Desenvolveu-se, nos anos 1880-89, forte corrente lítero-burocrática, traduzida por obras como **O Militar Arregimentado e Exame Prático**.

Enfim, mostrando que nos anos 1880-89 houve um intenso surto cultural profissional militar, em oposição à constatação de o Exército estar, segundo Eduardo Prado, mal preparado e abandonado. Todas essas obras traduziam e sistematizavam a Doutrina vigente no Exército às vésperas da República.

Eis, em síntese, do que trata a presente comunicação aqui abordada nos seus traços mais fundamentais.

O que fica de tudo é uma sensação de insatisfação dos oficiais mais representativos do Exército, pelo não atendimento, pelo Governo dos **Legistas**, de aspirações justas da classe, de natureza profissional (descaso pelo Exército), política (não participação nos parlamentos e na administração pública para reivindicarem parcela justa do que hoje se chama PIB, para a Defesa Nacional), e sociais (necessidades previdenciárias representadas pelo Montepio).

A corrente de pensamento militar, iniciada em 1881 e que cresceu até 1889, trazia tudo isto em seu bojo, inclusive a idéia republicana, como forma de equilibrar a influência predominante, no Governo, dos bacharéis em Direito, ou legistas, que obstaculavam, com uma política de erradicação do Exército, segundo Edmundo

Campos Coelho (que mudava de estratégia, segundo as circunstâncias), que impedia, assim, o desenvolvimento do Exército, à altura das necessidades da Segurança do Império.

A Doutrina do Exército na Proclamação da República

Aspectos Básicos

Em 15 de novembro de 1889, o Exército brasileiro teve atuação decisiva na mudança pacífica do regime monárquico para o republicano.

Já haviam decorrido 19 anos do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e 65 de sua organização, com a Independência.

O presente ensaio, contribuição ao centenário da proclamação da República, procurará abordar aspectos basilares do estágio do desenvolvimento da Doutrina do Exército, nos campos da **Organização, Equipamento, Instrução/Ensino, Motivação e Emprego** atingido em 1889, tendo por guia o **Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército**, em uso no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, desde fevereiro de 1985.

CAMPO DA ORGANIZAÇÃO

Alto Comando

Ministro da Guerra: O Exército subordinava-se diretamente ao Gabinete de Ministros, através do ministro, cujos titulares em 1889 foram:

Thomaz José Coelho de Almeida, 10 março 88-07 junho 89 (Conservador).-Rufino Ineas Gustavo Galvão, marechal, 07 junho 89-15 novembro 89 (Liberal) e Visconde de Maracajú.

O ministro era assistido por seu Gabinete, muito pequeno, quase um Estado-Maior pessoal e pela Secretaria de Guerra, cujo titular era o Gen. Bda. Hon. Dir. Francisco Manoel das Chagas.

A Secretaria de Guerra funcionava no andar superior do QG do Exército, sobre o Portão Principal e serviu de cenário, em 15 de novembro de 1889, para deposição do Gabinete Ouro Preto, ali reunido, pela manhã.

Ajudante-General do Exército

Ajudante-General: Foi criado em 1857, em substituição ao Comando das Armas da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Era, na opinião do Conselho de Estado, o Comandante em Chefe do Exército. Em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército. Era a primeira autoridade do Exército. Ele comandava diretamente toda a tropa e acumulava essas funções com o comando da Guarnição do Exército da Corte e Província do Rio de Janeiro. A ele estavam subordinados todos os demais comandantes de Armas e as 1ª e 2ª brigadas do Exército da Corte e a 3ª no Paraná.

Eram atribuições da Ajudância- General: Planos e operações militares; trabalhos históricos; administração da justiça militar; instrução e ensino militar; administração de pessoal; reserva. Enfim, tudo referente ao pessoal do Exército (organização, instrução, disciplina, economia e serviços).

Foram Ajudantes gerais do Exército de 1889 a 1890:

- Mal. Campo Visconde de Maracajú, 19 março 1889-07 junho 1889

- Mal. Campo Floriano Peixoto, 08 junho 1889-18 abril 1890. E foi titular o seu titular na proclamação da República e na transição do Império para a República: Enquanto o ajudante-general era operacional, o quartel mestre era logístico.

Quartel Mestre General

Era responsável pela aquisição, depósito, arrecadação, conservação, movimentação e emprego do material do Exército. Era responsável pelas acomodações da tropa em quaisquer circunstâncias, pelos transportes do pessoal e material do Exército, pelas Comunicações, pelos arsenais e fábricas, pela Remonta,

pelos suprimentos, pelos armamentos e equipamentos, pelos hospitais e farmácias, pelos imóveis do Exército, pelas obras militares e pelo Asilo de Inválidos.

Viria dar origem à criação da Repartição da Intendência Geral, raiz do Serviço de Intendência, em 15 de janeiro de 1899.

O Quartel Mestre-general despachava diretamente com o Ministro da Guerra, em cujo nome ordenava. Em cada organização militar ele possuía o correspondente. Por exemplo, cada OM possuía o tenente quartel-mestre, que desempenhava as funções de Aprovisionamento e Almoxarife.

Corpos Especiais

Havia os seguintes corpos especiais:

- **Estado-Maior General:** Composto de todos os oficiais gerais do Exército, em número de 28: 1 marechal de Exército, 4 tenentes-gerais, 7 marechais- de- campo e 16 brigadeiros.

- **Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe.** 72 oficiais. Possuía uma função semelhante a dos oficiais com curso de Estado-Maior da ECEME, menos em funções destinadas ao Estado-Maior de Artilharia.

- **Corpo de Estado-Maior da 2ª Classe.** 42 oficiais. Fornecia oficiais para ocupar nos locais privativos do oficial de 1ª Classe, outras funções consideradas não privativas daqueles.

- **Corpo de Estado-Maior de Artilharia.** Funções de Estado-Maior de 1ª classe, em vagas privativas da Artilharia, embora pertencendo a esta arma (arsenais, fábricas, laboratórios, escolas de tiro).

- **Corpo de Engenheiros:** 56 oficiais. Funções específicas: construções, fortificações e cartografia, ligado ao **Imperial Arquivo Militar** no atual BG, no Rio de Janeiro. (Repartição que nada tem a ver como o hoje Arquivo Histórico do Exército, segundo o Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares.

-Corpo de Saúde: Com funções semelhantes a do Serviço de Saúde do Exército. 149 médicos e 30 farmacêuticos.

-Corpo Eclesiástico: Com organização semelhante ao do atual Serviço Religioso do Exército e constituído de capelães católicos: 57 oficiais.

Repartições

Gabinete do Ministro, Secretaria de Estado, do Ajudante-General, do Quartel Mestre-General, Repartição Fiscal, Conselho Supremo Militar (presidido pelo Imperador), Secretaria do Conselho Supremo Militar, Comissão de Melhoramentos do Material da Guerra, Pagadoria das Tropas da Corte, Diretoria de Obras Militares, Biblioteca do Exército, Asilo de Inválidos da Pátria, na ilha Bom Jesus, Comissão de Fornecimento de víveres e forragens. A Comissão de Melhoramentos do Material datava de 1872.

Escolas

- **Escola Superior de Guerra (ESG):** que funcionava no atual quartel do 1º Batalhão de Guardas em São Cristóvão. Fora fundada em 1888.

- **Escola Militar da Corte:** Funcionando, desde 1857, na Praia Vermelha.

- **Escola Militar do Rio Grande do Sul:** Funcionando no Parque da Redenção — atual, em Porto Alegre, onde lecionava o Capitão José Caetano de Faria, mais tarde destacado ministro da Guerra (1914-18).

- **Escola Militar do Ceará:** Comandada pelo Ten.-Cel. João Nepomuceno Medeiros Mallet e criada em 1º de fevereiro de 1889, mais tarde ministro da Guerra (1901).

- **Imperial Colégio Militar:** Criado em março de 1889.

- **Escola Geral de Tiro de Campo Grande:** Comandada pelo Cel. José Simeão de Oliveira, que havia trazido a espada do Mar. Solano Lopes para o Imperador.

- **Escota Técnica e do Tiro do Rio Grande do Sul**, em Rio Pardo

- **Escola de Aprendizes Artilheiros na Fortaleza de S. João e Companhia de Aprendizes Militares** (de Goiás e Minas Gerais).(As escolas eram regidas pelo Dec. 10.203 de 9 de março de 1889).

Arsenais e Laboratórios

- **Arsenal de Guerra da Corte**, no local do Museu Histórico Nacional, é comandado pelo Cel Art. Augusto Fausto de Souza.

- **Arsenais de Guerra da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Rio Grande do Sul**, (este ao lado do atual QG do CMS) e de *Mato Grosso*.

Fábricas

Fábrica de Pólvora da Estrela, no mesmo local de hoje. -

Fábrica de Pólvora de Coxipó — MT.

Fábrica de Armas da Conceição, no Morro da Conceição — RJ.

Laboratórios

Laboratório Pirotécnico do Campinho (fábrica de munições).

Laboratório Pirotécnico do Menino Deus, no Rio Grande do Sul, no local do atual CPOR/PA.

Hospitais

Enfermaria Militar do Andaray, no quartel do atual 1º B PE.

Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, hoje arrasado, onde atuava o 1º cirurgião-mór, Cel. Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde.

Comandos de armas, tropa do Exército e sua articulação territorial

Em 1889, e a partir de 1º de dezembro de 1888, o Exército era constituído das seguintes OM: 30 BI; 10 RC; 8 RA; 2 BE; e 1 CT,

num efetivo em torno de 15.000 homens, podendo elevar-se a 30.000 em circunstâncias extraordinárias. Elas distribuíram-se pelos seguintes comandos de armas, estados e municípios:

Guarnição do Exército da Corte e Rio de Janeiro

Infantaria

1º BI - Corte - Quartel no QG do Exército

7º BI - Corte - Quartel no Mosteiro de São Bento

10º BI - Corte - Quartel no QG do Exército

22º BI - Corte — Transferido para o Amazonas, antes de 15 de novembro

23º BI - Corte - Transferido para Ouro Preto - MG, antes de 15 de novembro

24º BI - Corte - Quartel na ilha do Bom Jesus

Cavalaria

1º RC - Corte - Quartel em São Cristóvão

Artilharia

2º RA Campanha - Corte - Quartel em São Cristóvão

1º RA a Pé — Corte - Fortaleza São João

Engenheiros

1º BE - Corte — Praia Vermelha e depois Realengo

Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul

Comandante: Barão de Apa — Brigadeiro Antônio Eneas Gustavo Galvão

Infantaria

3º BI-Rio Grande

4º BI-São Gabriel

6º BI- Uruguaiana

12º BI- Rio Grande

18º BI-Alegrete

28° BI-Rio Branco

29° BI – Pelotas

30°BI- Porto Alegre

Cavalaria

2° RC Jaguarão .

3° RC São Borja.

4° RC Santana,

5° RC Bagé e

6° RC. Jaguarão.

Artilharia

1° RA Campanha — São
Gabriel

4° RA Campanha Bagé e

3° RA a Pé - Quartel em Rio
Grande

Engenheiros

2° BE Quartel em Cachoeira

Transportes

CT - Quartel em Saicã

As guarnições mais fortes eram as de Rio Grande (2 BI + 1 RA a pé); de Bagé (1 RC + 1 RA Camp.); a de São Gabriel (1 BI + 1 RA Camp.) e a de Jaguarão (2 RC).

Comando das Armas da Província do Mato Grosso

Comandante: Cel. Art. Ernesto Augusto da Cunha Mattos, da
Questão Militar

Infantaria

8° BI - Quartel na cidade de Cuiabá

19° BI - Quartel em São Luiz de Cáceres

21° BI - Quartel em Cuiabá

Aos comandos das Armas subordinavam-se outras instalações do Exército na área, como arsenais e fortificações.

Cavalaria

7º RC em Nioac

Artilharia

2º RA a Pé- Corumbá

Comando das Armas em Pernambuco

Infantaria

2º BI – Recife.

14º BI –Recife

Comando das Armas da Bahia

Comandante Marechal de Campo Hermes Ernesto da Fonseca

Infantaria

9º BI-Salvador

16º BI Salvador

Comando das Armas do Pará

15º BI-Belém

Comando das Armas da Amazônia

Só fortificações

Aos comandos das Armas subordinavam-se outras instalações do Exército, arsenais e fortificações

Guarnições militares provinciais

Província do Paraná

Infantaria

17º BI - Curitiba

Cavalaria

8º RC - Curitiba

Artilharia

3º RA Campanha- Curitiba

2º RA a Pé - Quartel na localidade de Corumbá

Províncias do Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Goiás

Infantaria

5º BI em São Luiz - MA

11º BI em Fortaleza-CE

26º BI em Maceió – AL

27º BI em João Pessoa-PB

20º BI em Goiás — GO

Províncias de São Paulo e Minas Gerais

Cavalaria

10º RC em São Paulo-SP

9º RC em Ouro Preto - MG

As guarnições mais fortes eram as do Rio Grande do Sul (fronteira), Rio de Janeiro (capital do Império) e Mato Grosso (fronteira).

As guarnições mais fortes eram as do Rio Grande do Sul (fronteira), Rio de Janeiro (capital do Império) e Mato Grosso (fronteira). Cada OM era composta de:

Cada OM era composta de:

- *Estado-Maior*: o comandante; o major fiscal (atual subcomandante); o capitão-ajudante; o 2º tenente quartel-mestre (funções de Intendência) e o 2º tenente-secretário.

- *Estado-Menor*: O sargento Ajudante, (ou Brigada), o sargento quartel mestre, o mestre de música e o corneteiro.

Os sargentos eram chamados oficiais inferiores

Os comandantes das Armas eram diretamente subordinados aos Presidentes da Província e ao Ajudante General do Exército que por sua vez era também o comandante da da Guarnição da Corte e do Rio de Janeiro

Brigadas do Exército

Aviso de 16 de abril de 1888 havia constituído as seguintes Brigadas:

1ª Brigada (1º RC, 2º RA e 1º BE)- São Cristovão -Rio

2ª Brigada (1º BI, 7º BI e 10º BI) –QG do Exército-Rio.

3ª Brigada (17º BI, 8º RC, 3º RA Campanha- Curitiba-PR.

A 1ª e a 2ª tiveram ação decisiva em 15 de novembro de 1889.

Comando Geral, de Artilharia

Era exercido pelo Conde D`Eu

Colônias Militares e Presídios

Pará: D. Pedro II (no Araguaia); S. João do Araguaia (junto à Cachoeira Itaboca) e Óbidos (junto à embocadura do Trombetas).

Amazonas: Rio Branco, próximo ao Forte S. Joaquim.

Mato Grosso: Brilhante (abas da serra Maracajú), São Lourenço (confluência com o Ivinheima), Miranda (cabeceira do Miranda com Mondigo), Itacary (no Araguaia), Conceição de Albuquerque (na povoação do mesmo nome, onde começa a navegação do rio).

São Paulo: Itapura, sobre o rio Tietê, junto do Paraná.

Paraná: Jataí (na confluência com o Tibagi), Chapecó (nos campos do Xagu, na atual e próspera Chapecó), Chopim, nos campos do Êre.

Santa Catarina: Santa Tereza, entre São José e Lages, no vale do Itajaí.

Rio Grande do Sul: Alto Uruguai, no município de Palmeira, junto ao Uruguai.

Goiás: Terupensem (margem direita do rio Vermelho), Santa Maria do Araguaia (na ilha de Santana), S. José dos Martírios (na foz do rio Cana Brava) Santo Antônio (na foz do rio Bagagem), Santa Cruz (na foz do ribeirão Gregório).

Hierarquia

(Quadros, postos e graduações)

- **Oficiais gerais:** brigadeiro, marechal de campo e tenente-general e marechal de Exército, correspondendo aos atuais generais de Brigada, Divisão, Exército e marechal.

- **Quadro de oficiais:** alferes, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

- **Quadro de praças:** soldado, anspeçada, cabo, furriel, 2º sargento, 1º sargento, sargento quartel-mestre, sargento-ajudante (também brigada).

As graduações de anspeçada e sargento-ajudante ou brigada foram eliminadas na República.

A graduação de sargento quartel-mestre foi substituída pela de subtenente. O posto de alferes foi substituído pelo de aspirante a oficial, em 1905.

O sargento quartel-mestre era chamado de vago mestre, corruptela 1º wagoon mainster, alemão encarregado dos transportes e herança do contrato de mercenários alemães que lutaram nas guerras Cisplatina, 1825-28 e contra Oribe e Rosas, 1851-52.

O major no Brasil Colônia era designado sargento-maior.

Nos corpos de Saúde e Eclesiástico haviam, respectivamente, as seguintes correspondências: tenentes eram os 2º cirurgiões ou capelões. Capitães eram os 1º cirurgiões ou capelães-móres. Os tenentes-coronéis eram os cirurgiões de divisão.

Celebrizaram-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier e o anspeçada Marcelino Bispo, autor do atentado ao presidente Prudente de Moraes, em 1897.

Os postos de tenente-general e marechal de Exército foram substituídos pelo de marechal, no qual Floriano Peixoto passou à História como o *Marechal de Ferro*.

Existia na organização do Exército, desde 1874, uma coudelaria, provavelmente em Saiã - RS.

A Comissão de Melhoramentos do Exército, criada em 1872, mantinha, permanentemente, na Europa, dois oficiais como órgão informativo-Ela dividia-se em seções: Fortificações, Artilharia de Campanha e Armamento Portátil. Foi ampliada com o ministro marechal Osório e correspondeu à altura a renovação do armamento do Exército, traduzido pela eclosão do armamento individual Comblain a retrocarga e os canhões Krupp 1872, logo depois da Guerra do Paraguai, mais a pistola Marquês do Herval, em retrocarga para a Cavalaria.

Existia em Terezina — PI, uma Companhia de Infantaria Isolada, cuja inspeção pelo Cel. Cunha Mattos iria dar início à Questão Militar, que veio a contribuir para o aceleração da proclamação da República.

Existiam companhias isoladas de Infantaria em Natal — RN; Vitória — ES, e Florianópolis — SC, com 82 homens cada.

Desde 1881-82, havia a idéia de organização do 2º Batalhão de Engenheiros, em Cachoeira do Sul, para encarregar-se da construção de ferrovias e linhas telegráficas, o que ocorreu no ano da proclamação da República e cujas tradições são atualmente carregadas pelo 1º Batalhão Ferroviário de Lages -SC.(Atual 10º Batalhão de Engenharia de Construção)

O grande idealizador das ligações ferroviárias como instrumento de defesa foi o marechal Osório. Antes de falecer,

insistiu na ligação ferroviária das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O efetivo do Exército era em torno de 15.000 homens para uma população estimada em 14,3 milhões de habitantes. Em circunstâncias extraordinárias, o efetivo do Exército podia ser elevado a 30.000.

O exército contava, em diversas funções, com o concurso de oficiais honorários e reformados (atuais oficiais da reserva e reformados), particularmente na atividade-meio da instituição.

Os honorários foram instituídos pelo Dec. 23 de 16 de agosto de 1838, por serviços relevantes prestados em defesa da Ordem Pública e da Integridade do Império.

Por aviso do Ministério da Guerra de 10 de julho de 1884, foi definido que **"oficial honorário não é militar"**.

A designação reformado tem origem em Dec. de 23 de agosto de 1763, ou seja, os militares fora do serviço ativo.

Por decreto 193-A, de janeiro, a idade limite de reforma voluntária ou compulsória para oficiais era:

Marechal de Exército 69 e 72 anos.

Marechal de Campo 65 e 68 anos

Tenente-General 67 e 70 anos

Brigadeiro-General 62 e 65 anos

Coronel 58 e 62 anos

Tenente-Coronel 58 e 62 anos

Major.. 52 e 56 anos

Capitão 47 e 54 anos

1º Tenente 43 e 48 anos

2º Tenente 40 e 45 anos

Os oficiais gerais possuíam um adicional de inatividade de 100 mil réis/mês, por ano de serviço que excedesse os 30 anos. Os

superiores 70 mil réis/ano e os oficiais subalternos 50 mil réis. Ambos por ano acima dos 25 anos de serviço.

Assim, o marechal do Exército, com 40 anos de serviço, ganharia por ano 750 mil réis + $10 \times 100 = 1.750$ = um conto e 750 mil réis.

EQUIPAMENTO

Uniformes

Os uniformes usados pelo Exército em 1889, são resultado do Dec. 1029, de 7 de agosto de 1852, que aprovou o Plano de Uniformes do Exército com alterações introduzidas pelos Dec. 3620, de 28 de fevereiro de 1866; Dec. 3625, de 2 de maio de 1874; Dec. 8335, de 17 de dezembro de 1881; Dec. 9059, de 17 de dezembro de 1883; Dec. 9981, de 12 de julho de 1888 e Dec. n.º 21, de 28 de novembro de 1889 (Ordem do Dia n.º 6).

O Arquivo Histórico do Exército possui coleção de gravuras a cores que assinalam essa evolução na transição do Império para a República. E o autor possui digitalizado a Coleção de Uniforme do Exército de 1922 e em CD realizadas pelo acadêmico da FAHIMTB Flavio Camargo.

Armamento

Armas de fogo portáteis: Em 1889, quase todo Exército era armado com fuzis e mosquetões **Comblain**, anos 1873, 1874 (brasileiro), 1874, 1878 e 1885, que substituíram, em grande parte, equipamento a Minié que ainda persistia no Exército, Guarda Nacional e Polícias.

A substituição do modelo a Minié, usado na Guerra do Paraguai, começou a processar-se a partir de 1872. O **Comblain** era de carregar pela culatra e usava cartuchos. O a **Minié** era de carregar pela boca. A diferença era gritante. A alça do **Comblain** era graduada de 100 em 100 metros, até 1200 metros. Seu calibre era 12mm e usava pólvora negra.

Muitos corpos de Cavalaria usavam a clavina **Winchester** calibre 12, modelos 1872, 1874, de percussão periférica, e o 1876, de percussão central. Sob o cano existia um tubo com capacidade de 15 tiros. Modificações introduzidas na **Winchester** fizeram com que passasse a consumir cartuchos **Comblain**.

Os revólveres usados eram o **Gerard**, para oficiais, de cartuchos metálicos, projétil de chumbo, calibre- próximo de 8mm e o **Nagant**, para praças montadas e muito popular. Seu calibre era maior que o do **Gerard**. Havia também a pistola **Marquês do Herval**, produzida na fábrica da Conceição. Ela era de retrocarga e destinada à Cavalaria.

Uma questão que incendiou os ânimos do Exército, às vésperas da proclamação da República, foi a notícia ou boato de que o Governo iria armar as Polícias e Guarda Nacional com **Comblain** e o Exército com o velho modelo a **Minié**, que fora usado no Paraguai. Era como se passasse de um caminhão para um carro de boi, segundo o Cel. Pedro Shirmer, para quem a **Minié**, em condições excepcionais, conseguiu dar 16 tiros em 1 hora e 45 minutos. O armamento a **Minié** possuía dois calibres 14,8mm e 14,4mm.

Disponha o Exército também da clavina Spencer e mais outros tipos de armas, conforme se conclui da obra existente no Arquivo Histórico do Exército:

OLIVEIRA, Luiz Maria de Mello, Ten. Inf. ***Estudo sobre as armas de fogo portáteis ou Catecismo do Atirador***. Rio, Tip. Escola Serafim . I Alves, 1880 (Usada na Escola de Tiro).

Nos apêndices A e B, a obra estuda todos os tipos de armas portáteis retrocarga existentes no mundo, com suas características, bem como das munições por elas usadas e um projeto de regulamento para instrução de tiro. Seu autor era instrutor na Escola de Tiro de Campo Grande e seu trabalho é comentado com elogios pelos heróicos brigadeiros Antônio

Tibúrcio Ferreira de Souza e Severino Martins da Fonseca, destacados profissionais do Exército de então.

Abordava um tratado sobre as seguintes operações realizadas por atiradores: **ocupação e defesa de posição; marchar à frente; ataque a uma posição defendida por atiradores; marchar em retirada e flanquear uma coluna ou comboio.**

Armas brancas: Todos os oficiais e as praças montadas eram armados com espada. Metade dos regimentos de Cavalaria era armada de lanças. Aqui, incluem-se as baionetas largamente usadas em combate.

Artilharia: A Artilharia de Campanha possuía canhões raiados **La Hitte** (franceses, espanhóis e brasileiros), calibres 4, 6 e 12 de bronze e antecarga e mais os **Paixahans** de 40 e 90.

Desde 1886, o 1º RA (Regimento Mallet) possuía canhões **Krupp** 80mm de aço, de retrocarga e fechamento em cunha, que substituíram os seus célebres **La Hitte** da Guerra do Paraguai. O 2º RA (Floriano) possuía 19 canhões **Krupp** do mesmo calibre e as únicas existentes na Corte em 1889. A Artilharia de montanha usava canhões **Whitworter** calibre 2 e a pesada, canhões raiados de aço calibre 130mm.

Os Krupp 80 não satisfaziam, em mobilidade, como canhão de campanha. Não podiam acompanhar a Infantaria e a Cavalaria em terrenos sem estradas. Foram mais tarde substituídos pelos **Krupp 75 TL**.

A Artilharia de Costa possuía uma variedade enorme de canhões e calibres que não ultrapassavam 5 Km de alcance. Entre eles cite-se as marcas **Parrot, Whitworter, Armstrong e Krupp** e foguetes a **Congrève**.

O alcance máximo dos canhões de campanha andava em torno de 5.000m e a técnica de tiro estava muito longe da atual,

que começou a ter desenvolvimento, entre nós, nos anos 10, com artilheiros que estudaram na Alemanha, como Bertoldo Klinger.

Era Comandante Geral da Artilharia o Conde D'Eu, que muito lutou pelo progresso do armamento do Exército, depois da Guerra do Paraguai, no âmbito da **Comissão de Melhoramentos do Exército**.

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil nº 63, 1971, dá uma visão da projeção, como soldado, do Conde D'Eu, em artigo do então Cel. Everaldo de Oliveira Reis.

Abordamos sua vida e obra com mais riqueza de detalhes as p.19/41 ,na obra **Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército AD/6 AD Marechal Gastão de Orleans**. Porto Alegre: AHIMTB/Promoarte,2003, em parceria com o Cel Luis Ernani Caminha Giorgis. Obra que de certa forma ameniza a grande injustiça de que ele injustamente era vítima.

Conclui-se que armamento do Exército, com apoio no general Francisco de Paula e Azevedo Ponde, no artigo: Armamento das Tropas de Terra da cidade do Rio de Janeiro **RIGHB**, nº 67, 1973, p. 43-120, evoluiu muito entre o término da Guerra do Paraguai até a República. O armamento portátil evoluiu de antecarga para retrocarga, com cartucho metálico e o de Artilharia, de antecarga e alma lisa, para retrocarga e alma raiada. Portanto, uma grande evolução técnica que não correspondeu a uma visão tática expressiva, esta estagnada aos padrões da Guerra do Paraguai, segundo os generais Estevão Leitão de Carvalho, Paula Cidade e outros. A evolução do armamento foi qualitativa, mas não quantitativa, segundo se conclui de depoimentos da época.

Ainda conviviam armas modernas com outras quase obsoletas, a ponto de haver concorrido para exaltar os ânimos, nas vésperas de 15 de novembro de 1889, a notícia de que o Exército cederia seu armamento **Comblain** à Guarda Nacional e Polícias, por ordem do Governo.

Equipamento individual

Eram fabricados nos arsenais de guerra brasileiros e não sofreram modificações sensíveis.

Sobre o cuidado com o equipamento, o **Regulamento Disciplinar do Exército**, da época, previa como transgressões disciplinares:

Parágrafo 16 do Artigo 5.:

"Não ter cuidado em suas armas, uniforme, cavalo e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente te o arruinar ou estragar."

Parágrafo 17 de Artigo 5º

:"Servir-se de armas ou uniformes alheios e de cavalos praças de outrem, ou pedi-los emprestados a seus camaradas."

Cavalos

O cavalo era importante item do equipamento militar, particularmente das tropas montadas. Mereciam cuidados desvelados nos seguintes artigos do **Regulamento do serviço interno dos corpos arregimentados do Exército**, 161 a 172 e 176 a 192, baixado pelo Duque de Caxias. O tratamento dos cavalos ocupava 1/12 das disposições regulamentares:

Era proibido uma praça montar a cavalo que não fosse sua montada específica.

Para cuidar do equipamento, num escalão acima do individual, cada Unidade possuía o seleiro, o espingardeiro, o coronheiro, o veterinário e os ferradores com atribuições bem específicas.

As dotações de equipamento eram reguladas pelo Decreto de 23 de/ julho de 1873, que aprovava as tabelas de fardamento, armamento, equipamento e arreamento para as Unidades do Exército e publicado no Anexo H da obra **O Militar Arregimentado**, do cadete Olivério, publicado em Rio Grande -

RS, em 1886 e escrita em Jaguarão. Por elas é possível se conhecer, em detalhes, todo o material usado pelo Exército.

Apesar de tudo, o Exército era mal equipado, o que se pode concluir pelas verbas a ele destinadas segundo o insuspeito Edmundo Macedo Coelho em ***Em busca de Identidade, O Exército e a Política na Sociedade Brasileira***.(Rio, Forense, 1967): 1846-1860 (25% do Orçamento); 1865-1866 (50%); 1880-1889 (em torno de 10%). Durante a Guerra do Paraguai elas atingiram níveis superiores a 50%.

Isso amparava sentimentos de frustrações de oficiais que haviam lutado na Guerra do Paraguai e que viam nisso uma política irresponsável do governo que, apenas terminada a guerra, voltava a descuidar da Defesa Militar do Brasil, a cargo do Exército, principalmente.

A Revista do Exército Brasileiro, surgida em 1882, segundo o autor citado ***"Usa expressões de frustrações e ressentimento contra um país como o Brasil, que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bata a porta, que não avalia ainda devidamente o merecimento militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a justa dedicação ao serviço público"***.

Isso era fruto da política de erradicação do Exército praticada de forma agressiva pela elite política do Império, dentro da máxima ***conformar-se ou perecer***, segundo ainda Edmundo Macedo Coelho.

Em 1854, um grupo de jovens oficiais do Exército editou o jornal ***O Militar***, no Rio, no qual defendia a modernização do Exército, a Abolição, a imigração e a indústria nacional e o direito de casarem, proibido por lei.

INSTRUÇÃO / ENSINO

O primeiro aspecto era o da instrução primária. Cada Unidade possuía uma escola. Era dirigida por um oficial que ensinava aos

cabos e soldados a ler, a escrever e as quatro operações e, aos graduados, geometria plana.

Havia, ainda, em cada corpo, uma escola de recrutas.

Seus instrutores e monitores estavam dispensados do serviço externo. Cada escola deveria ter de 15 a 20 recrutas. A instrução era: escola de pelotão e manejo, conservação de armas e tiro, segundo instruções de 11 de setembro de 1862. A formação do recruta não podia exceder de 6 meses. O horário de instrução tática era das 5 às 7 horas da manhã e das 17 às 19 horas da tarde. A instrução com armas era duas vezes por semana, das 10 às 12 horas.

Na Cavalaria, Artilharia Montada e Corpos de Engenheiros havia a instrução de equitação, a cargo do picador, para praças e oficiais. Ao picador incumbia adestrar os cavalos para as lides militares.

Havia escolas para aprendizes de artilheiros na Fortaleza São João e de aprendizes de artífices nos arsenais de guerra, recrutados entre jovens pobres.

Exercícios ou manobras, tem-se notícia dos realizados pelo Conde D'Eu, em 1885, na Fazenda de Santa Cruz e em 1880, em Saicã.

Como instrução especializada, registre-se a de tiro de armas portáteis, na Escola de Tiro de Campo Grande e de Tática e Tiro do Rio Pardo, no Rio Grande. Elas formavam, inclusive, instrutores para a tropa.

Em 6 de maio de 1889, foi instalado o Colégio Militar do Rio de Janeiro, com atribuições semelhantes às atuais, inclusive uma espécie de preparatório às escolas militares e naval.

O ensino militar, desde a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, na Casa do Trem, em 1782, era predominantemente científico.

Ele visava mais a construção do Brasil do que a sua defesa. Essa, fácil de mobilizar antes dos reflexos da Revolução Industrial na ciência militar.

O Regulamento de ensino, de 1874, possuía um toque de bacharelismo que foi acentuado pelo regulamento de 1890, do ministro Benjamin Constant. Ambos contribuíram para a desprofissionalização do Exército, só retomada em 1905, com a Escola de Guerra de Porto Alegre, e revigorada em 1913, na Escola Militar do Realengo.

O Ensino e a Instrução eram bastante divorciados das possíveis realidades operacionais do Exército, no tocante às seguranças interna e externa.

O ensino militar, em 1889, era ministrado na Escola Superior de Guerra e Escola Militar da Praia Vermelha, ambas de grande projeção na proclamação da República, e nas escolas militares do Rio Grande e Ceará. Essa, recém-instalada na Fortaleza N. S. de Assunção.

O Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno não dava ênfase à instrução, nas atribuições do comandante.

Os cursos nas escolas militares obedeciam à seguinte hierarquia: Infantaria e Cavalaria – 1º e 2º anos, Artilharia – 3º ano, Estado-Maior -4º ano e Engenheiros — 5º ano.

Possuindo o engenheiro militar formação completa, de seu quadro eram, em geral, recrutados os oficiais generais. Nos parece uma distorção pela qual o Exército pagou pesado tributo. Na Revolução Farroupilha, todos os generais imperiais recrutados para combatê-la, à exceção de Caxias, infante, eram engenheiros. Taticamente, estrategicamente, não foram bem sucedidos. Confirmar é obra de simples verificação: eram renomados engenheiros, com largo prestígio nacional, mas não cabos-de-guerra.

Assim, o Ensino Militar de 1874-1905 não contribuiu para a operacionalidade do Exército. Em Canudos, essa afirmação fica bem transparente. E ela se verifica ainda no Contestado, em célebre relatório do general Setembrino de Carvalho.

Não era costume, nessa época, exercícios de tiro, que eram limitados à **Escola de Recrutas** responsável pela formação dos soldados. Ademais, era uma instrução muito dispendiosa.

O Ensino e a Instrução, no Exército de 1889, tinham aspectos doutrinários que deixavam muito a desejar. E disso falam depoimentos de ilustres chefes que foram ex-alunos e críticos abalizados desse sistema, como os generais Tasso Fragoso, Rondon, Estevão Leitão de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe e Paula Cidade.

Talvez, por isso, o Ensino Militar mereceu, nos anos 30 e 40 deste século, com o ministro Eurico Gaspar Dutra, um cuidado todo especial nas AMAN, EsAO e ECEME, cujas estruturas só agora, decorrido quase meio século, estão sendo ampliadas ou reaproveitadas. Ele priorizava a cultura geral, capaz de, por si só, tirar o maior rendimento da cultura profissional. Na prática, isso foi o regulamento de ensino de 1943. Conclui-se que a Instrução/Ensino era o elo fraco da Doutrina do Exército em 1889.

Disso resultou a divisão dos oficiais entre científicos e tarimbeiros. Os primeiros, segundo J. B. Magalhães em *A evolução militar do Brasil* (Rio, Bibliex, 1958), ***"orgulhosos de sua superioridade cultural, poucos eram os que não relegavam para segundo plano os estudos de caráter tipicamente profissional e, muitos os que prezavam mais as comissões estranhas ao profissionalismo que os militares e os seus títulos científicos que os da carreira. Entre os últimos, os tarimbeiros, poucos haviam cujo interesse profissional efetivo fosse além das meras práticas de rotina, e***

quase todos olhavam com desprezo os primeiros a quem não consideravam bons soldados".

Os tarimbeiros e os científicos, na proclamação da República, embora unidos, perseguiram objetivos diferentes e possuíam valores antagônicos. Aos científicos deve-se o Regulamento de Ensino de 1890, do ministro Benjamin Constant, que priorizou mais o bacharelismo militar.

MOTIVAÇÃO

Dentre os diversos mecanismos para desenvolver as forças morais na guerra (a motivação do militar do Exército para a carreira e para morrer se preciso for em defesa da Pátria), existiam os em forma de prêmio aos bons serviços prestados (condecorações, promoções, etc.) e os em forma de castigo (disciplina e justiça).

Condecorações

As condecorações imperiais brasileiras eram em número de 23, conforme o ***Almanaque do Exército de 1889***. Dessas, 6 eram consideradas ordens honoríficas e 17 medalhas de campanha.

As ordens existentes e mais comumente concedidas a militares eram as Imperial do Cruzeiro, da Rosa, do Cristo e São Bento de Aviz. Havia também as ordens de Cristo e São Thiago dá Espada Todas com graduações.

As medalhas referiam-se às guerras internas e externas desde 1811 até 1870.

Esse assunto é bem registrado na obra:

POLIANO, Luiz Marquês. ***Ordens Honoríficas do Brasil*** Rio, Imprensa Nacional, 1943 (Ilustrado a cores). Os oficiais detentores das mesmas constam no Almanaque do Exército citado.

Caxias, por exemplo, foi Grã-Cruz das ordens de São Bento, da Rosa, do Cruzeiro e de D. Pedro I. Existe no site da FAHIMTB

WWW.ahimtb.org.br em Livros trabalho do autor sobre Condecorações Brasileiras denominado Moedas de Honra.

Promoções

As promoções eram reguladas pela Lei nº 585 de 6 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 772 de 31 de março de 1851, com modificações constantes do **Almanaque do Exército de 1889**. Portanto, legislação do tempo da guerra contra Oribe e Rosas.

Seguem, em linhas gerais, o sistema vigente atualmente.

Ao oficial mais antigo de cada classe era concedido, caso tivesse mérito, graduação no posto imediato, permanecendo com os vencimentos do posto que ocupava. Essa prática perdurou por mais de um século.

Disciplina

Vigorava, para transgressões disciplinares, o **Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz**. Aprovado pelo Decreto 3.884, de 8 de março de 1875 e publicado na **Ordem do Dia** da Repartição do Ajudante-general, de 24 de março de 1875, baixado pelo ministro da Guerra, Duque de Caxias.

Os castigos disciplinares tinham a seguinte gradação: **1 - admoestação; 2 - repreensão; 3 - dobrar serviço de guarda; 4 - detenção; 5 - prisão; 6 -rebaixamento temporário de posto; 7 - rebaixamento definitivo de posto; 8 — transferência para depósitos de disciplina.**

As de nº.º 1, 2, 4 e 5 eram privativas de oficiais, cadetes e soldados particulares.

Para os sargentos, cabos e anspeçadas, existiam mais as de nº.º 3, 6, 7 e 8.

Para os soldados, além das mencionadas 1, 2, 3, 4, 5 e 8, existiam as seguintes penas acessórias:

Carregar armas; carregar equipamento em ordem de marcha; faxina, repetição de instrução na Escola de Recrutadas.

Lutava-se, na época, no âmbito da Santa Cruz dos Militares e Clube Militar, por um pecúlio a ser deixado à família pelo militar falecido.

Comissão de promoções

Depois da Guerra do Paraguai, visando a melhoria dos oficiais, foi criada uma Comissão de Promoções integrada por quatro generais.

A ele incumbia fazer as listas de promoções que até então eram da alçada dos presidentes de Províncias e Comandantes-de-Armadas.

Culto das tradições e valores

Entre os veteranos de Guerra do Paraguai havia forte espírito de classe, notadamente entre os que tinham tradições de bravura conquistadas na luta. A influência positivista nas Escolas Militar da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra passou a discutir a legitimidade de nossas lutas externas, ***"levando seus alunos a desprezarem os veteranos da Guerra do Paraguai que desfilavam orgulhosos ostentando em seus peitos as medalhas de campanha"***, segundo testemunha desses fatos o general Tasso Fragoso, no prefácio da sua obra ***A Batalha do Passo do Rosário, 1922***.

E EMPREGO

O emprego constitucional do Exército decorria do capítulo VIII, da Força Militar, da *Constituição do Brasil*, de 25 de março de 1824, otorgada por D. Pedro I com apoio do Exército.

"Art. 145 — Ser o Exército obrigado a pegar em armas, para sustentar a Independência, a Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos internos ou externos."

"Art. 148 — Compete ao poder Executivo privativamente empregar (o Exército), como bem parecer conveniente à segurança, e à defesa do Império".

O Exército era diretamente subordinado ao Gabinete de Ministros, através do ministro da Guerra, que mudava com freqüência. Na maioria das vezes era um político civil dos partidos Liberal ou Conservador, com pouca ou nenhuma vivência do assunto, que tinha que confiar no comandante operacional do Exército - o ajudante-general, e no comandante logístico - o quartel-mestre general, que também mudaram bastante em 88 e 89.

Muitos achavam, e ainda acham, que o Exército deveria estar subordinado diretamente ao Imperador e acima dos partidos, como instrumento do Poder Moderador.

E por não ter sido assim, concluem também haver o abandono do Exército pelos Gabinetes, especialmente de 1881-89, contribuindo para a proclamação da República, de forma decisiva.

Era atribuição do Imperador, no entanto, movimentar os oficiais, prerrogativa que abdicava deixando às vezes oficiais a mercê de perseguições e atos de desprestígio, que resultaram na Questão Militar, na fundação do Clube Militar, na Abolição e finalmente na República.

O preparo operacional do Exército, segundo consenso de diversos memorialistas militares; havia decaído expressivamente do final da Guerra do Paraguai, até a República.

Havia uma consciência da necessidade de uma Reforma Militar. Segundo Piragibe da Fonseca, sobrinho neto do marechal Deodoro da Fonseca, este acalentou esse sonho, que só foi

possível executar do final da Guerra de Canudos, 1897, até o início da FEB para a Itália, no contexto da Reforma Militar.

A corrente do pensamento militar brasileiro

Em 1881, militares do Exército começaram a sinalizar o não atendimento, pelo Governo, de aspirações políticas, profissionais e previdenciárias, criando o **Diretório Militar** que reunia-se no consistório da **Igreja Santa Cruz dos Militares**.

Em 17 de dezembro de 1881, era fundada a atual Biblioteca do Exército, exemplo logo seguido pelas fortalezas de Santa Cruz e São João e, em janeiro de 1882, era editado o primeiro número da **Revista do Exército Brasileiro (1882-89)**, que serviu de suporte e difusão de uma saudável corrente do pensamento militar brasileiro nos campos da Arte e da Ciência Militar e que se propunha entre outras coisas:

"Preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível - a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor de idéias e de elo de união entre os membros do Exército... Seu fim é todo doutrinário militar e somente nesse terreno aceitará discussão".

Seu domínio abrangia Administração e Organização, Tática e Estratégia, Engenharia Militar, Artilharia e Armamento, História Militar, Geografia e Estatística. Discretamente, ela sinalizava o descaso pelo Exército.

O Arquivo Histórico do Exército reconstituiu a coleção da revista.

Outros trabalhos sobre Arte e Ciência Militar eram publicados por autores diversos, antes do advento da Biblioteca e da Revista, na **Coleção Biblioteca Militar da Livraria Serafim José Alves** - Rua 7 de Setembro, 83 e outras que se dedicaram a esse ramo.

A revista tratou dos mais variados assuntos. Nota-se nela uma preocupação com a Reorganização do Exército, inclusive do Clube Militar, do Conde D'Eu, de Medeiros Mallet, de Sena

Madureira, de Miranda Reis, do Visconde da Gávea, do Visconde de Maracajú, de Severiano Martins da Fonseca, do Capitão osé Carlos Lobo Botelho, ****um jovem oficial muito interessado**** e de outros. Era o sentimento de necessidade de mudança.

A Revista já publicava sobre Aerostação Militar, fortes subterrâneos e metralhadora Nordenfelt. A preocupação estratégica voltava-se para a defesa do Rio Grande do Sul e notadamente de São Borja.

Para um aprofundamento no assunto, recorrer a SANTOS, Francisco Ruas, Maj.Índice da Revista do Exército Brasileiro ***In: Coleção Bibliográfica Militar***, Rio, Bibliex, 1960, pp. 9-125.

O Major Ouriques, no primeiro artigo da revista sobre a Defesa do Rio Grande do Sul, previa as seguintes linhas de defesa:

1ª Linha - fronteira de postos avançados: São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Santana, Bagé, Jaguarão e Santa Vitória, com fortificações passageiras destinadas a deter, por algum tempo, o invasor, ou obrigá-lo a fazer grandes desvios.

2ª Linha - de depósitos entrincheirados: Cruz Alta, voltada para o Oeste e São Gabriel e Rio Grande, para o Sul, como piões de manobras.

3ª Linha - do pião central de manobra: Porto Alegre, depósito principal e último refúgio da defesa.

4ª Linha - complementar de defesa: No caso de invasão, a 2ª Linha seria complementada por fortificações passageiras em Santa Maria, face ao Oeste, e Caçapava, Piratini e Canguçu, na Serra dos Tapes e outros pontos julgados necessários, face ao Sul.

A linha Uruguai seria defendida pelo Exército e Armada e a Linha Sul, pelo Exército sozinho em combinado com a Armada, na região das lagoas.

Rio Grande e Sao Gabriel seriam as grandes posições fortificadas da fronteira Sul, com apoio em Brialmont e Vandeveld.

Preconiza que esse sistema devia ser completado com a construção de ferrovias irradiantes para as fronteiras a partir de Porto Alegre, as quais seriam convergentes em caso de retirada.

A ordem de batalha em linhas gerais obedecia o esquema descrito.

A tática se baseava no emprego de pequenas Unidades em combate, pelo seus comandantes efetivos, combinando manobra e fogo, através de seus atiradores.

As manobras principais eram:

- ocupação e defesa de uma posição: (muro; elevação de terra; bosque; paliçadas; casas; desfiladeiros; flanco da posição).

- Marcha para frente;
- Ataque de uma posição defendida por atiradores;
- Ataque de flanco;
- Ataque de frente;
- Marchar em retirada;
- Flanquear uma coluna ou comboio.

Enfim, eram variações da Defesa, Ofensiva e Movimentos Retrógrados. A companhia de Infantaria atuava no seguinte esquema: **Linha de atiradores, reforço e apoio.** O **reforço** era uma reserva imediata da **linha de atiradores** e o **apoio** uma reserva mais à retaguarda dos atiradores. A maior intensidade do fogo era obtida com o maior número de atiradores na linha respectiva.

A ofensiva era constituída de 4 fases:

- 1ª - Avanço em terreno batido pela Artilharia;
- 2ª - Tomada de contato;
- 3ª - Ataque;

4ª — Perseguição.

Na Defensiva, a posição era assim caracterizada:

- **Campo Exterior** — compreendendo postos avançados;
- **Frente da Posição** - atual linha de resistência;
- **Recinto** - era o interior da posição, composto de redutos e pontos fortes e **Retaguarda**. Era dada grande importância ao **contra-ataque** como ação dinâmica da defesa.

Alguns oficiais absorviam conhecimentos de **Arte Militar** na famosa obra abaixo, escrita pelo general Favé, "**o mais famoso escritor militar francês e um dos teóricos militares mais conhecidos no mundo**", segundo o general Paula Cidade em **Literatura Militar Brasileira**. Rio, Bibliex, 1959, p. 259.

A obra traduzida pelo tenente Joaquim Alves da Costa Mattos, era:

FAVÉ, general. **Curso de Artilharia**. Rio de Janeiro, Tip. Militar de Costa e Santos, 1882.

O livro tratava de História Militar, Tática, Serviço em campanha, Instrução de combate, Emprego das armas, Fortificações, Ataque e Defesa de praças fortes, Batalhas célebres apontadas como modelos de aplicação da Arte Militar.

Era um livro mais indicado para oficiais tarimbeiros ou de tropa sem curso, que aprendiam a Arte Militar na forma camoniana "**vendo, tratando e pelejando**".

Esta obra foi mandada adotar para a instrução de oficiais em 1882, pelo ministro da Guerra Franklin Dória, criador da Biblioteca do Exército. Foi apresentado aos leitores com carta do heróico brigadeiro Conrado Bittencourt, comandante do Batalhão de Engenheiros da invasão do Paraguai até o final da Guerra, e por longo período no pós-guerra.

A Infantaria em Canudos foi empregada com apoio **Nas Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro** (com base

em instrução de Portugal - Rio, Imprensa Nacional, 1897) que tratava:

1º Livro - Ensino do recruta;

2º Livro - Ensino da Companhia; e

3º Livro - Ensino do Batalhão e da Brigada.

A Comissão encarregada de tratar do assunto:

Gen. Div. José Clarindo de Queiroz;

Ten.-Cel. Antônio Moreira César;

Maj. João de Souza Castello; e

O Ten. Napoleão Fellipe Aché

(chefe de Missão Militar na Iª GM de 1914-18).

Esse regulamento, do qual o Arquivo do Exército possui exemplar, era conhecido como Moreira Cezar, trazendo seu retrato, em bico de pena, (3ª edição), seguramente homenagem após sua morte em Canudos.

As instruções em geral eram adaptações de instruções portuguesas, que por sua vez traziam a influência inglesa.

Eram **Instruções** complexas que exigiam bastante treinamento, o que não ocorria em realidade. As influências positivistas e do bacharelismo no Exército reagiam à operacionalidade do mesmo.

O emprego da Artilharia era apoiado, entre outras, nas seguintes obras do então coronel Severiano Martins da Fonseca, comandante do 2º RA, atual Floriano, e que comandava o Regimento Mallet, em Tuiuti e outros embates posteriores.

-FONSECA, Severiano Martins da. Cel. et alli. ***Instruções para o serviço dos canhões raiados de campanha e montanha***. Rio, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1872.

_____. ***Regulamento para instrução do Serviço de Artilharia***. Rio,

Imperial Instituto Artístico, 1877 (mandado imprimir pelo Duque de Caxias).

Como parte da corrente de pensamento militar que começou a se desenvolver em 1881, no período de 1886-1896, surgiram as seguintes obras do mais tarde coronel Olivério de Deus Vieira, natural do Rio Grande do Sul:

- ***O Militar Arregimentado*** - 1886, 1891 (2v) e 1896 (2v);
- ***Exame Prático de Cavalaria, Infantaria e Artilharia*** - 1885 (4v) (Para alferes, tenentes, capitães e majores).

O primeiro era um índice de toda a legislação administrativa e doutrinária de interesse de um oficial na tropa, desde antes da Guerra do Paraguai.

O segundo era um conjunto doutrinário de interesse dos diversos postos nas armas, para obterem promoções mediante aprovação em exames práticos, exigência muito objetiva posta em prática pela República.

Eles refletem a Doutrina Militar aplicada em Canudos.

Seu autor, da modesta obscuridade em que se encontrava em Jaguarão, veio para a capital federal, onde inclusive foi ajudante-de-ordens do ministro da Guerra, do ajudante-general e do quartel-mestre general.

Seu mais expressivo trabalho e o único que estava publicado em 1889, foi o:

OLIVÉRIO, Cadete. ***O Militar Arregimentado***. Rio Grande, Tip. Liv. Evangélica, 1886.

Ele trazia indicação de toda a Legislação publicada nas Ordens do Dia do Exército de 1860-86, de interesse das Unidades.

Ele vinha complementar o trabalho a seguir, que indicava toda a legislação de interesse do Exército até 1874:

SILVA, José Joaquim do Nascimento. ***Sinopse da Legislação Brasileira (Exército)***. Rio, Tip. Diário do Rio de Janeiro, 1874, 2v.

Essa foi atualizada de 1885-90 e só publicada em 1891, com apoio do ministro da Guerra Benjamin Constant, pela Imprensa Nacional. Ela continuou até 1907, formando uma coleção de 10 volumes, mais o ***Indicador da Legislação Militar***, de A. J. do Amaral, de 1870-1892, em 14v.

Portanto, em 1889, os militares dispunham dos índices de Legislação de Cunha Mattos até 1840, de Titara 1840-1857, de Nascimento e Silva 1857-89, de A. J. Amaral 1870-1880, e do índice do Olivério de 1860-86.

Todos, pela sua importância, tiveram apoio oficial. O Arquivo Histórico do Exército quando éramos eu Diretor conseguiu obter todos esses trabalhos, graças aos desvelos de sua funcionária Adália de Assis.

Eles davam indicações de todo o Corpo de Doutrina que sistematizava então a Organização, Equipamento, Ensino/Instrução, Motivação e Emprego do Exército, que emanava da Congregação da Escola Militar, no Rio.

A complexidade, abundância, desdobramento da legislação do Exército ***"originou uma forte corrente lítero-burocrática"***, no dizer de Paula Cidade, que trouxe fama e prestígio aos indexadores da Doutrina do Exército, num trabalho extremamente meritório e relevante. Homenagem, pois, a Cunha Mattos, Ladislau Titara, Nascimento e Silva e Oliverio, que tanto contribuíram para racionalizar e dinamizar a administração do Exército.

A deficiência do campo de Instrução/Ensino se refletiu negativamente no campo Emprego, fato agravado pelo bacharelismo e influência negativa do positivismo no Ensino do Exército de 1890-1905.

As ordens eram transmitidas a toques de cornetas e clarim. Elas obedeciam a **Ordenança de toques de cornetas e clarins** organizada pelo general Severiano Martins da Fonseca e aprovada em aviso de 30 de novembro de 1887 e mandada adotar por aviso de 12 de março de 1888.

Os toques de cornetas eram em número de 177 e os de clarins 26, totalizando 203 toques, conforme Oliverio, **Exame Prático**, 1895 (v. 1. p. 254).

Em 1883, um oficial do Exército, reformado e oriundo do Serviço de Saúde, começou a editar o seu dicionário biográfico que passou a ser conhecido pelo nome de seu autor, **Sacramento Blake**, e até hoje instrumento de trabalho de indiscutível valor, no qual, pela primeira vez, são publicadas sínteses biográficas de oficiais do Exército brasileiro que até então mais se haviam notabilizado(O autor possui esta Coleção) que integra o acervo da FAHIMTB . Esses trabalhos, relativamente a oficiais gerais do Exército de 1808-1908, foram realizados por Pretextato Maciel e Laurênio Lago. Salvo um número restrito de oficiais gerais, foram continuados no **Dicionário Biográfico da Fundação Getúlio Vargas**. Existe uma lacuna muito grande até os dias atuais.(O autor possui este Dicionário para o qual contribui como Diretor do Arquivo Histórico do Exército sobre oficiais gerais do Exército)

Até a entrada em vigor do Regulamento do Estado-Maior do Exército, aprovado pelo Decreto nº 3.189 de 6 de janeiro, segundo se conclui de Tasso Fragoso, **"não havia órgão encarregado no Exército de estudar em sistema, prováveis teatros de Operações, planos de Campanha, Mobilização, Concentração e Transportes"**. Havia muita improvisação. Quem tinha que fazê-lo era a Repartição do Ajudante-general, cujos integrantes eram imobilizados nessas funções, pela rotina administrativa.

Fortificações

Do Sul para o Norte existiam as seguintes fortificações defendendo o litoral, já bastante antiquadas, à exceção das fortalezas de Santa Cruz e São João, na entrada da Guanabara, modernizadas em função da Questão Cristhie em 1861 e guarnecidas pelo 1º BA a Pé.

Santa Catarina: Fortificações de Santa Cruz, Ratonés, São José, Santana e Barra Sul.

Paraná: Fortificações de Paranaguá - ilha do Mel.

Rio de Janeiro: Fortificações de Santa Cruz, São João Lage, Praia de Fora, do Pico e Gragoatá.

São Paulo: Fortificações nas barras de Santos e Bertioga.

Bahia: Fortificações de São Paulo, Barbalho, Santo Alberto, São Diogo, Morro de São Paulo, Monte Serrât, São Lourenço, Santa Maria, Marcelo e São Bartolomeu.

Pernambuco: Fortificações do Brum, Itamaracá, do Buraco, Pau Amarelo, Gaibú, Nazareth e Tamandaré. Rio Grande do Norte: Fortificação dos Reis Magos.

Ceará: Fortificação de Assunção, onde funcionava a Escola Militar do Ceará, em 1889.

Maranhão: Fortificações de Santo Antônio da Barra e São Luiz.

Pará: Fortificações de Macapá e Óbidos.

Amazonas: Fortificações de São Joaquim (rio Branco), São Gabriel (rio Negro) e Santo Antônio (rio Madeira).

Mato Grosso: *Fortificações de Coimbra e Duque de Caxias (Corumbá).*

Inspetores do Exército

Havia inspetores do Exército responsáveis pelas seguintes inspetorias:

De corpos e estabelecimentos militares (inspecionava o 1º BA, 1º RC e 10º BI, na Corte); do Arsenal de Guerra da Corte; dos corpos de Infantaria do Rio Grande do Sul; dos corpos de Artilharia e Cavalaria; dos corpos e estabelecimentos do Norte; da Fortaleza de São Paulo, na Bahia; dos corpos estacionados no Paraná; dos corpos de Mato Grosso e das fronteiras e guarnições do: Rio Grande do Sul (Bagé, Rio Grande, Uruguaiana, Missões, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, Rio Pardo, Alegrete, São Gabriel); do Amazonas (Cucuí, Tabatinga e Urari (no Içá); e do Mato Grosso (distritos militares de Vila Maria, Miranda e Mato Grosso).

Depósitos Militares

— No Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul (São Gabriel e Santa Maria), Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso (Corumbá).

Depósitos de Pólvora

Corte (Ilha Boqueirão, próximo à ilha do Governador), Niterói (Inhomirim)-, Pará (Aura), Pernambuco (Imbiribeira), Bahia (Matatú), Rio Grande do Sul (ilha da Pólvora, no Rio Guaíba) em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande.

Fontes Consultadas Principais, além das citadas no texto:

- ALMANAQUE DA GUERRA, 1889. Rio, Imp. Nac. 1889.
- ARARIPE, Tristão Alencar de. Mar. O Exército Brasileiro a partir da Guerra do Paraguai .*RIGHMB*, nº 33 e 34, 1958, p. 2-34.

- CIDADE, Francisco de Paula, Cel. O Exército em 1889, ***In: República Brasileira***. Rio, Bibliex, 1939.
- COELHO, Edmundo Campos. ***Em busca da Identidade — O Exército e a Política na Sociedade Brasileira***. Rio, Forense, 1976.
- MAGALHÃES, João Baptista, Cel. ***A Evolução Militar do Brasil***. Rio, Bibliex, 1958.
- MATTOS, João Baptista, Gen. Origem e História do Juramento Militar no Brasil. *RIGHMB*, nº45, 1964, pp. 39-52.

Fontes Consultadas

Principais, além das citadas no texto:

- *ALMANAQUE DA GUERRA, 1889*. Rio, Imp. Nac. 1889.
- ARARIPE, Tristão Alencar de. Mar. O Exército Brasileiro a partir da Guerra do Paraguai *in. RIGHMB*, n? 33 e 34, 1958, pp. 2-34.
- CIDADE, Francisco de Paula, Cel. O Exército em 1889, *in: República Brasileira*. Rio, Bibliex, 1939.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da Identidade — O Exército e a Polícia na Sociedade Brasileira*. Rio, Forense, 1976.
- MAGALHÃES, João Baptista, Cel. *A Evolução Militar do Brasil*. Rio, Bibliex, 1958.
- MATTOS, João Baptista, Gen. Origem e História do Juramento Militar no Brasil, *in. RIGHMB*, n?45, 1964, pp. 39-52.